



IMPERIALISMO TOTAL E EDUCAÇÃO NA REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL (1946 – 1985)

Fabiana de Cássia Rodrigues¹
Fábio Antonio de Campos²

Resumo

O artigo tem por objetivo tratar das relações entre a educação no Brasil e as determinações advindas do que o sociólogo Florestan Fernandes chamou de “Imperialismo Total”. As ideias deste autor sobre os dilemas educacionais na consolidação da revolução burguesa no Brasil são a referência principal utilizada para a realização desta análise. Primeiramente discutiremos a forma “total” do imperialismo e suas relações com a contrarrevolução brasileira, evidenciando como se organiza a dominação externa a partir de dentro em todos os níveis da ordem social, com destaque para sua manifestação na área educacional. Na segunda parte do artigo, apresentamos o dilema educacional brasileiro que se expressa fortemente no pós-Segunda Guerra Mundial e os encaminhamentos dados a esta questão na ditadura instalada a partir de 1964. Concluímos que a educação brasileira sob o “imperialismo total” foi conduzida mediante um controle ideológico externo, sob a inspiração da teoria do capital humano, constituindo uma superestrutura que consolidou a precarização do ensino público, a dissociação da educação e os interesses de autonomia e soberania nacional, além da transformação crescente da educação em mercadoria.

Palavras-chave: Florestan Fernandes. Imperialismo total. Educação. Industrialização brasileira. Revolução burguesa.

TOTAL IMPERIALISM AND EDUCATION IN THE BOURGUESA REVOLUTION IN BRAZIL (1946 – 1985)

Abstract

The article aims to study the relationship between education in Brazil and the determinations stemming from what sociologist Florestan Fernandes called "Total Imperialism." His ideas about educational dilemmas in the consolidation of the bourgeois revolution in Brazil are the main reference used to carry out this analysis. First, we discuss the "total" form of imperialism and its relations with the Brazilian counterrevolution, showing how foreign domination is organized from within at all levels of the social order, especially its manifestation in the educational area. In the second part of the article, we present the Brazilian educational dilemma that is strongly expressed in the post-Second World War and the referrals given to this issue in the dictatorship since 1964. We conclude that Brazilian education under "total imperialism" was conducted through an external ideological control under the inspiration of the theory of human capital, constituting a superstructure that consolidated the precariousness of public education, the dissociation of education and the interests of autonomy and national sovereignty, as well as the growing transformation of education into merchandise.



Keywords: Florestan Fernandes. Total imperialism. Education. Brazilian industrialization. Bourgeois revolution.

EL IMPERIALISMO TOTAL Y LA EDUCACIÓN EN LA REVOLUCIÓN BURGUESA EN BRASIL (1946 – 1985)

Resumen

El artículo tiene por objetivo tratar de las relaciones entre la educación en Brasil y las determinaciones derivadas de lo que el sociólogo Florestan Fernandes llamó "Imperialismo Total". Las ideas de este autor sobre los dilemas educativos en la consolidación de la revolución burguesa en Brasil son la referencia principal utilizada para la realización de este análisis. Primero discutiremos la forma "total" del imperialismo y sus relaciones con la contrarrevolución brasileña, evidenciando cómo se organiza la dominación externa desde dentro en todos los niveles del orden social, con destaque para su manifestación en el área educativa. En la segunda parte del artículo presentamos el dilema educativo brasileño que se expresa fuertemente en la post-Segunda Guerra Mundial y los encaminamientos dados a esta cuestión en la dictadura instalada a partir de 1964. Concluimos que la educación brasileña bajo el "imperialismo total" fue conducida mediante: un control ideológico externo, bajo la inspiración de la teoría del capital humano, constituyendo una superestructura que consolidó la precarización de la enseñanza pública, la disociación de la educación y los intereses de autonomía y soberanía nacional, además de la transformación creciente de la educación en mercancía.

Palabras clave: Florestan Fernandes. Imperialismo total. La educación. Industrialización brasileña. Revolución burguesa.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo tratar das relações entre a educação no Brasil e as determinações advindas do que o sociólogo Florestan Fernandes chamou de “Imperialismo Total”. As ideias deste autor sobre os dilemas educacionais na consolidação da revolução burguesa no Brasil são a referência principal utilizada para a realização desta análise.

Florestan Fernandes é autor de uma vasta obra, com escritos desde a década de 1940 até 1995. O percurso de sua produção intelectual coincide com a maior parte do período em foco neste artigo, entre o pós-Segunda Guerra Mundial e a metade da década de 1980 (1946-1985), seus estudos e teses sobre o Brasil foram produzidos numa conexão íntima com o movimento da realidade. A sucessão dos acontecimentos bem como os rumos tomados pela sociedade brasileira estão na base da análise acurada produzida pelo autor, que nos anos de 1950 se engajou na luta pela educação pública crendo na viabilidade da realização de reformas democráticas no capitalismo que se constituía, para em seguida, nos



anos de 1960, colocar em evidência em sua obra a resistência à mudança e os limites impostos pelas novas formas que assumia a dependência, delineadas no que ele denominou de “imperialismo total”.

Comprometido com os desafios sociais enfrentados pelo Brasil, segundo a posição de classe dos “de baixo”, Florestan dedicou sua vida a enfrentar as grandes questões do país com as armas do pensamento. Em suas próprias palavras, o Brasil sempre foi o laboratório de suas análises, entender as origens e possibilidades desta formação social esteve entre suas principais preocupações. Desse modo, nos períodos de ebulição no debate acerca dos rumos do desenvolvimento brasileiro, ele se dedicou, entre outras, a temáticas que nos são caras neste artigo: a educação e o capitalismo dependente.

Assim, trataremos das determinações do capitalismo dependente sobre a educação brasileira na fase do “imperialismo total”. O artigo está dividido em três partes, além desta introdução, primeiramente discutiremos a forma “total” do imperialismo e suas relações com a contrarrevolução brasileira. Na segunda parte do artigo, apresentamos o dilema educacional brasileiro que se expressa fortemente após a Segunda Guerra Mundial e os encaminhamentos dados a esta questão na ditadura instalada a partir de 1964. Ao final, são expostas algumas considerações finais.

IMPERIALISMO TOTAL E CONTRARREVOLUÇÃO BRASILEIRA

Ao expressar uma face importante da realidade histórica que diz respeito à reprodução secular da dependência externa e do subdesenvolvimento, a educação no Brasil se insere em um dos dilemas clássicos de formação econômica e social. Florestan Fernandes procurou articular tal tema às condições particulares em que se dá o capitalismo sob o domínio do imperialismo. Dessa forma, pretendemos neste item definir os parâmetros externos e internos que dimensionam a educação brasileira no período do capitalismo monopolista (pós Segunda Guerra Mundial), cuja assimilação interna se deu mediante o processo de revolução burguesa no Brasil e a eclosão do “modelo autocrático burguês”. (FERNANDES, 2006).

A análise da constituição deste **modelo autocrático burguês** por Florestan Fernandes possibilita entender como a combinação secular do arcaico e do moderno refletidos numa “dupla articulação” entre dependência externa e segregação social no Brasil (FERNANDES, 1975a; 2006), desde a colônia (1500-1808), passando pelas etapas neocolonial (1808-1860) e ordem competitiva (1860-1955), substanciou-se no “imperialismo total” (1956 em diante). A forma “total” de dominação imperialista dessa última quadra histórica penetrou por todos os âmbitos da sociedade brasileira, se expressando firmemente na educação.



A articulação entre o domínio do capital internacional e o poder político da burguesia brasileira consolidada com o Golpe de 1964 resultou em um processo de modernização conservadora que moldou o capitalismo brasileiro às necessidades de valorização do capitalismo monopolista. Para tratar de tal complexidade na obra de Florestan Fernandes (1975a; 1976a; 1979a; 1981; 2006), começamos pela compreensão do “imperialismo total”, para depois, mostrar sua incorporação no processo de revolução burguesa no Brasil.

O imperialismo na fase clássica (1873-1914) foi caracterizado por uma modernização nas formas de extração do excedente, em que sua dominação, em regiões periféricas como a América Latina, se definia a partir de fora, similar ao período do antigo sistema colonial³. No entanto, diferia da época mercantilista, porque criaram-se no decorrer do século XIX canais de disseminação capitalista para os países subdesenvolvidos pela integração de seus mercados no comércio mundial. A oferta de manufaturados e demanda de matérias-primas e alimentos rebaixavam os custos de reprodução da força de trabalho explorada nas indústrias das economias centrais, assim como deflacionavam os custos de reposição do capital constante.

A partir de uma intensa concentração e centralização de capital, delimitadas mundialmente por uma área de conquista econômica e de neocolonização sem precedentes, impôs-se uma forma imperialista de dominação que expressava a extroversão do capital financeiro por meio da exportação de capital⁴. No Brasil, o chamado período agrário-exportador (1808-1930) foi aquele que se inseria neste mercado mundial, exportando principalmente café, e demandando manufaturados, sendo a política econômica da República Velha (1889-1930) financiada com capital voluntário inglês, enquanto a infraestrutura de transportes, beneficiamento, utilidades urbanas, portuária, energética, realizados por investimento direto estrangeiro. Dessa forma, além do comércio desvantajoso por conta da assimetria nos valores de intercâmbio, a extração do excedente se fazia por vultosas remessas de juros, lucros, dividendos, bem como a sobretaxação de serviços tais como: fretes, seguros e administração financeira e técnica.

A modernização nos meios de extração do excedente da periferia pelo imperialismo clássico reconfigurou por completo a **dupla articulação** atualizando a reprodução da dependência externa e da segregação social; não mais para objetivos de exclusivismo colonial, mas para um capitalismo plenamente constituído e dotado de uma indústria que se projetava mundialmente. Segundo Fernandes (1975a, p. 17):

[...] o controle financeiro das emergentes economias satélites tornou-se tão complexo e profundo que o esquema exportação-importação foi refundido para incluir a ‘integração’ do comércio interno, a ‘proteção’ dos interesses rurais ou da modernização da produção rural, a ‘introdução’ das indústrias de bens de consumo, a ‘intensificação’ das operações bancárias, etc. Em síntese, as economias dependentes foram transformadas em mercadoria, negociáveis a distância, sob condições seguras e lucrativas.



Para o autor, entretanto, o controle imperialista se operava ainda *de fora* para dentro.

Após duas guerras mundiais surgiria uma nova fase do imperialismo, denominada por Florestan Fernandes (1975a) de “imperialismo total”. Diferente do período anterior, o eixo de dominação se transferiu **para dentro** dos mercados internos periféricos, em particular, naqueles que desenvolveram uma indústria pesada dinamizada pelo capital internacional como foi o caso brasileiro com o Governo Kubistchek (1956-1961). O imperialismo se expandia diante de uma fratura da universalidade civilizacional burguesa que já tinha sido anunciada com as contrarrevoluções que nasceram com o desfecho de 1848, mas que se cristalizaram e ganharam força com as guerras mundiais e a Crise de 1929. Tais eventos, que arrastaram milhares de trabalhadores para miséria, ou para morte, colocaram em xeque a razão burguesa, visto que a fúria de contestação teria reconhecido na Revolução Russa uma universalidade alternativa ao capitalismo. Os efeitos deste processo revolucionário se fizeram sentir por diferentes sentidos históricos: i)- a dilatação dos estreitos espaços democráticos burgueses por pressão das classes trabalhadoras, principalmente nas economias centrais; ii)- a reação imediata do nazi-fascismo se colocando como vanguarda contrarrevolucionária; iii) mas, sobretudo, as lutas pela emancipação nacional que aglutinariam proletários, camponeses e burguesias nativas contra o imperialismo, sedimentando experiências concretas em regiões periféricas como as da China, Índia, Indonésia, Birmânia, Ceilão, Cuba, Coreia e Vietnã.

Embora apresentasse várias das características de sua fase de gênese, o imperialismo que maturou após a Segunda Guerra, também colocava sua reação aos efeitos do aprofundamento da barbárie, que originaram inúmeras revoluções nacionais de contestação. Em outras palavras, o “imperialismo total” que cunhou Florestan Fernandes (1975a; 2006), além de assegurar, tanto como na fase clássica, a extração do excedente por meio do comércio de mercadorias, fluxos migratórios e circulação de capitais, bem como a dissolução de formas tradicionais de modo de vida que deveriam ser mercantilizados e racionalizados via violência para garantir a drenagem de mais-valor, também necessitou impor uma nova superestrutura de dominação que desempenhasse seu papel na contrarrevolução mundial, especialmente, nas franjas do sistema.

Tanto a exportação de capital, internacionalização produtiva, inovação tecnológica, domínio financeiro, intensificação da exploração da força de trabalho, controle ideológico, acordos de cooperação para condução dos assuntos educacionais quanto o próprio complexo industrial militar indutor de violência, alienação e dominação, seriam elementos de difusão da infraestrutura e da superestrutura contrarrevolucionária na periferia. As empresas multinacionais seriam por excelência o sujeito histórico dessa nova forma de dominação, cuja natureza burguesa mundial se manifestaria no Brasil ao subordinar empresas estatais e empresas privadas nacionais a uma “arte de conquista”⁵, sendo dissimulada, todavia, por expressões abstratas como: “democracia”, “igualdade”



“liberdade” e “desenvolvimentismo”. Ao criar um padrão mundial de acumulação que cumprisse os objetivos de exploração capitalista para crescente extração de mais-valor no âmbito da valorização econômica, assim como a politização deste espaço capaz de propagar por múltiplas vias uma superestrutura contrarrevolucionária, a hegemonia dos Estados Unidos seria a plataforma global ideal⁶.

A expansão do **imperialismo total** endogeneizaria, portanto, modos de dominação e de alienação, não somente por meio das estruturas econômicas a serem transformadas em cada mercado interno periférico, mas, sobretudo, no espectro político, cultural, e até biológico.

Ele organiza a dominação externa a partir de dentro em todos os níveis da ordem social, desde o controle da natalidade, a comunicação de massa e consumo de massa, até a educação, a transplantação maciça de tecnologia ou de instituições sociais, a modernização da infra e da superestrutura, os expedientes financeiros ou do capital, o eixo vital da política nacional, etc. (FERNANDES, 1975a, p. 18).

Há a imposição de um controle externo tão homogêneo que, no Brasil, por exemplo, só existem paralelos com o do período colonial, visto que as burguesias nativas se compõem, não apenas como atores passivos, mas sujeitos defensores desta ordem e extremamente ativos na transmissão desses interesses econômicos, resguardando de maneira intransigente os valores contrarrevolucionários. O capitalismo monopolista desconheceria fronteiras para a exportação desse “controle societário externo” (FERNANDES, 1975a). Os guerreiros dessa fase se compunham por “[...] grupos, extraídos de várias categorias profissionais, civis e militares, que foram deslocados para o exterior e sofrem completa reciclagem (ideológica e utópica), graças a programas especiais de ‘treinamento’, de ‘preparação técnica especializada.’” (FERNANDES, 2006, p. 365). Difundida pelo vértice do complexo industrial militar estadunidense, a ideologia da “segurança nacional” teria igualmente nos programas de comunicação de massa, em função de redes articuladas de “modernização dirigida”: rádio, televisão, imprensa, educação formal, programas de assistência técnica (saúde, cooperação militar, defesa e segurança pública, cooperação econômica, cooperação educacional, etc.), sua principal expressão de poder, replicando diversos mecanismos de controle na América Latina por meio do “industrialismo militar” de suas ditaduras, e, apoiando-se, na maior parte das vezes, em instituições mundiais de cooperação entre governos que impunham um determinado ideário desenvolvimentista.

A burguesia brasileira se tornaria essencial para a sustentação dessa contrarrevolução mundial, visto que aqui

[...] os estratos burgueses aprenderam a mudar a qualidade de suas percepções e explicações do mundo, procurando ajustar-se a ‘avaliações pragmáticas’, que representam o subdesenvolvimento como um ‘fato natural’ autocorrigível e estabelecem como ideal básico o princípio, irradiado a partir dos Estados Unidos,



do ‘desenvolvimento com segurança’. Dava-se, assim, ‘o último salto de limpeza do sótão’. A burguesia brasileira encontrava novos elos de ‘modernização’, descartando-se de suas quinquilharias históricas libertárias, de origem europeia, substituídas por convicções bem mais prosaicas, mas que ajustavam seus papéis à ‘unidade dos hemisférios’, à ‘interdependência das nações democráticas’ e à ‘defesa da civilização ocidental’ [...]. De classes padronizadoras da revolução democrática-burguesa nacional passam a conceber-se como pilares da ordem mundial do capitalismo, da ‘democracia’ e da ‘civilização cristã’. Essa reviravolta ideológica e utópica, quanto às suas repercussões no plano interno, não só aumenta o grau de alienação filosófica, histórica e política da burguesia perante os problemas nacionais e sua solução. [...]. Confere novos fundamentos psicológicos, morais e políticos ao enrijecimento da dominação burguesa e à sua transfiguração numa força social especificamente autoritária e totalitária. (FERNANDES, 2006, p. 366-367).

A base econômica para esta internacionalização da superestrutura tem na exportação de capital, não somente fluxos de capitais externos a serviço do “desenvolvimentismo”, mas, a exportação de um tipo de relação social de poder cuja empresa multinacional tornou-se primordial ao transferir para o mercado interno brasileiro um tipo de indústria, em particular de bens de consumo duráveis, que constituía ao mesmo tempo o dínamo de expansão do crescimento econômico que criava mais-valor a ser repatriado para as matrizes, e ao mesmo tempo, a “fábrica de sonhos” por onde criar-se-iam necessidades de consumo com novos hábitos capazes de capturar a mais diversas subjetividades⁷. Nesse sentido, do ponto de vista dessa cruzada antissocialista, a empresa multinacional ao subcontratar o Estado, as empresas nativas, e uma vasta rede de serviços diretos e indiretos, das esferas privada, estatal, militar e até religiosa, constituiu o eixo por onde se arregimentaria uma força interna de contenção à revolução brasileira via atuação política⁸, as vezes subterrânea, outras conspiratória, consolidando um verdadeiro “complexo multinacional”⁹.

A internalização do “imperialismo total” em sua face moderna de dominação se associou com o passado colonial brasileiro de raiz autocrática e arcaica, originando um novo nexos de dominação externa. Assim como em outras regiões periféricas e em outros momentos históricos como observou Rosa Luxemburgo (1985), a herança mercantil constituía um trunfo para o controle imperialista, principalmente, por meio da cooptação e/ou repressão das burguesias nativas que garantiam a extração do excedente e a drenagem de sua maior parte ao exterior. Também permitia mesclar num mesmo espaço econômico mecanismos modernos de exploração da força de trabalho com reinvenção de formas pretéritas, já testadas e aplicadas nos períodos colonial e neocolonial¹⁰. Fernandes (1999, p. 11) foi categórico ao mostrar como a empresa multinacional do “imperialismo total” encarnava esta estratégia ao fincar suas bases em mercados internos periféricos como o brasileiro:

[...] na verdade, a internacionalização do modo de produção capitalista requer esse componente [colonial], porque as multinacionais, com sua tecnologia, instituições, ideologia e sistema de poder, se implantam nos países hospedeiros e



neles restabelecem a dominação direta, a partir de dentro e insensível à soberania da 'Nação-emergente'. No conjunto, a forma de dominação é ultra-complexa, diferenciada e flexível, abrangendo múltiplos nexos de controle à distância. Eles ocultam a recuperação e a reciclagem do elemento arcaico, no qual repousam a capitulação do parceiro empresarial mais fraco e a chamada 'rendição silenciosa' da Nação satelizada.

A despeito desse poder do capital internacional no controle do Plano de Metas, muitos intelectuais entenderam que a empresa multinacional era uma aliada; outros, chegaram a acreditar que sua força pudesse ser relativizada internamente ao integrar à divisão de tarefas propostas por planos estatais de desenvolvimento em associação com a empresa privada nacional, permitindo até uma "autodeterminação do capital" com a implantação da indústria pesada¹¹. Para Florestan Fernandes (1975a; 2006), todavia, este novo ciclo de investimentos estrangeiros na economia brasileira tinha um outro caráter. A implantação da empresa multinacional nesta fase de capitalismo monopolista durante o período JK e sua consolidação na ditadura, significava a continuidade da "dupla articulação" por meio do aprofundamento da dependência externa e do subdesenvolvimento; por outro lado, se gestavam, em termos estruturais, novas formas de submissão ao imperialismo que suplantariam as chances de desenvolver uma autonomia relativa no capitalismo brasileiro¹². Em suma, o Estado brasileiro não teria condições de exibir um "capitalismo de Estado" ou um nacionalismo mais pujante, visto que tanto o enraizamento do "imperialismo total" na sociedade, quanto o papel que a burguesia brasileira ocupava nele, sepultariam tais possibilidades.

O ímpeto, por assim dizer, do "imperialismo total" no Brasil irradiou, além de mudanças estruturais nas forças produtivas, uma aceleração das transformações nas relações sociais da produção que catalisou o processo de urbanização e de modernização conservadora em todo tecido social. Conforme Fernandes (2006) isso abriria uma crise de dominação política para a burguesia brasileira, visto que o desenvolvimento capitalista induzido de fora trouxe inúmeras dificuldades de adaptação política para o exercício pleno de seu poder internamente. Nasciam determinadas tensões nos estamentos superiores da ordem burguesa em frações de classes em disputa; ao mesmo tempo que setores nacionalistas no Estado passavam a se rebelar à "dupla articulação"; por outro lado, as classes subalternas ou a "maioria silenciosa" (FERNANDES, 1979a), despertavam-se para reivindicações reformistas radicais e de lutas nacional-populares capazes de desencadear a revolução brasileira¹³.

Os novos desafios que se impunham para a burguesia brasileira não permitiam um acerto de contas com o passado de modo a integrar pressões vindas de "baixo para cima" que se pautavam por questões estruturais como a agrária, tributária, urbana, educacional, saúde, objetivando dirimir a segregação social. Também a submissão da burguesia brasileira ao "imperialismo total" obstruía qualquer estratégia de intensificação do controle ao capital internacional, pois era dele que se garantia a continuidade do crescimento



econômico e da articulação nacional dos negócios burgueses, permitindo até uma margem de manobra interna. Assim, as burguesias brasileiras, burguesias dependentes em sua acepção genética, teriam que captar a irradiação do padrão mundial de acumulação e defender um substrato material interno que assegurasse a dominação política. O próprio Estado brasileiro para cumprir tal missão teria que atualizar-se sem abandonar sua forma arcaica de opressão sobre as classes subalternas. Em resposta às pressões imanentes do capitalismo monopolista, se reformaria o poder estatal por meio da constituição de um “modelo autocrático burguês” que permitiria a permanente e autodefensiva contrarrevolução mundial, moldando institucionalmente, desde a economia, até às mais diferentes órbitas sociais, o campo de assimilação do “imperialismo total”.

A industrialização pesada e seus efeitos sociais criavam a um só tempo um complexo multinacional a serviço da contrarrevolução, assim como gerava tensões das classes trabalhadoras e de alguns setores da pequena burguesia engendrando um “complexo nacional-popular”, cujas contradições seculares se transformavam em antagonismos abertos à “dupla articulação”¹⁴. Segundo Fernandes (2006, p. 328), pela primeira vez na história do capitalismo no Brasil,

[...] os assalariados, em geral, e as classes operárias, em particular, deixarão de ser meros instrumentos e vítimas-mudas passivas do desenvolvimento capitalista. E pela primeira vez poderão fazer pressões para que o desenvolvimento capitalista também se adapte às suas aspirações como e enquanto classe.

O Golpe de 1964 seria, então, o momento no qual se encerrava o feixe de possibilidades historicamente abertas para o início da revolução brasileira, e igualmente a conclusão da “revolução burguesa no Brasil” possível. Adicionalmente, o Estado reforçaria seu poder político contra o povo ao adaptar-se inteiramente aos ditames do “imperialismo total” e de sua superestrutura contrarrevolucionária. Ao tornar-se a “escudeira”, ou a vanguarda interna da contrarrevolução mundial, a burguesia brasileira preservava sua origem mercantil consolidando seu *ethos* oportunista, especulativo e ultra-elitista. Do mesmo modo, ela garantia uma escala nacional para seus negócios em que o industrialismo dinamizado pelo capital internacional, lhe proporcionava um substrato material que assegurava a retenção de parte do mais-valor e a legitimidade política.

Em síntese, o “modelo autocrático burguês” segundo Florestan sedimentava a tradição patrimonialista, o baixo horizonte cultural e o provincianismo de nossas classes dominantes¹⁵. Para além das disputas de frações de classes da burguesia brasileira que pudessem colocar em xeque este tipo de modelo, a solidariedade de classes impunha uma unidade sempre autodefensiva, em prejuízo às classes populares. O fundamento deixava de ser “democrático”, e até mesmo “autoritário”, para ser abertamente “totalitário” e contrarrevolucionário, “[...] fermento de uma ditadura de classe preventiva.” (FERNANDES, 2006, p. 368). Paradoxalmente, a força da burguesia brasileira vinha de sua própria fraqueza:



[...] as transformações externas dos ritmos e estruturas do capitalismo mundial e do imperialismo agravaram ainda mais as dificuldades inexoráveis dessa burguesia, forçando-a a entender que ela não podia preservar a transformação capitalista rompendo a dupla articulação, mas fazendo exatamente o inverso, entrelaçando ainda com mais vigor os momentos internos da acumulação capitalista com o desenvolvimento desigual da economia brasileira e com os avassaladores dinamismos das ‘empresas multinacionais’, das nações capitalistas hegemônicas e do capitalismo mundial. (FERNANDES, 2006, p. 370).

No espectro das contrarreformas regidas pelo “imperialismo total” no Brasil do pós-1964 estavam as flexibilizações financeiras que trariam, além da conexão imediata do subsistema afiliado estrangeiro ao mercado financeiro internacional (Euromercado e outras praças *off-shore*), uma “racionalidade” à condução da política econômica capaz de recriar um “ambiente de negócios” para os investimentos, e, desse modo, permitir uma solução à crise dos anos 1960 via crescimento econômico puxado pela indústria pesada. O Golpe serviria para de fato desobstruir os entraves institucionais para a assimilação do capitalismo monopolista no país.

Além das reformas financeiras por meio do mercado de capitais, indexação da economia, Banco Central, sistema habitacional, matriz tributária, correção salarial, crédito agrícola, entre outras¹⁶, que garantiram o desenvolvimento capitalista guiado pelo complexo multinacional, estavam a cristalização do “imperialismo total” na própria superestrutura brasileira que regia a produção de conhecimento e de ciência, assim como da indústria cultural, das telecomunicações, radiodifusão, mídia, e do aparelho jurídico e político de exceção. A configuração interna desse poder seria construída inclusive para funcionar e impor seu domínio no momento em que os militares deixassem de ser instrumentalizados pela burguesia brasileira, restabelecendo uma democracia de reduzida densidade que permanece até hoje. Ademais, o próprio pensamento social brasileiro foi desarticulado por conta do Golpe, de tal modo que as grandes sínteses sobre nossa história e formação que preconizavam a revolução brasileira, deram lugar a estudos escolásticos, incapazes, portanto, de armar a luta social como se pretendia na antessala de 1964¹⁷.

A contrarrevolução se infiltrava por todos os poros da sociedade brasileira, sendo na educação, seus efeitos sentidos com grande radicalidade até hoje. O padrão econômico, tecnocrático e racionalizante que definiria uma educação funcional para o “imperialismo total”, era aquele que também criava um tipo de escola contra o ideário totalizante e popular que emanava das discussões em torno da revolução brasileira. Em particular, a “nova universidade” da qual falavam Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro, se sucumbiria a um modelo tecnocrático, especializado, fragmentado e profissionalizante, muito adequada, aliás, ao tipo produtivista, quantitativista e integrado ao neoliberalismo que vivemos. Florestan Fernandes (2004) foi incisivo sobre as heranças da ditadura na educação brasileira, exigindo uma reconstrução de todo o sistema educacional, “de alto a baixo”, rompendo com a “comercialização e a tecnificação do ensino e das pesquisas” que se



exacerbam no século XXI. Desse modo, passamos a discutir a assimilação do “imperialismo total” e seu alcance na educação brasileira no próximo item.

IMPERIALISMO TOTAL E EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Segundo Florestan Fernandes, nos anos de 1950, a educação representaria um dilema na sociedade brasileira pois relacionava-se a uma inconsistência que subsistia ao regime democrático, em que cerca de metade da população era analfabeta e não tinha acesso a escolas. “O desenvolvimento da democracia foi condicionado e tolhido pelas possibilidades que a organização em classes sociais oferece à expansão e à integração de uma ordem igualitária.” (FERNANDES, 1966, p. 541). Tal dilema se faz presente nas formações capitalistas em geral, no entanto, na realidade brasileira ele adquiria contornos específicos.

No início dos anos de 1960, Florestan acreditava que o dilema educacional poderia ser enfrentado por pressão das outras classes como o proletariado, o campesinato e certos setores insatisfeitos das classes médias. Coerente com este posicionamento, em 1960, Florestan Fernandes tornou-se uma das principais lideranças na Campanha Nacional em Defesa da Escola Pública, percorreu todo o país ministrando palestras a respeito da necessidade de o Brasil constituir um Sistema Nacional de Educação Público, estatal, laico e gratuito que atendesse ao conjunto da população brasileira e estivesse em conexão com as necessidades do desenvolvimento autônomo e soberano no país. A Campanha foi a resposta de um conjunto de intelectuais, professores, jornalistas que se opuseram ao projeto substitutivo da Lei de Diretrizes e Bases de autoria de Carlos Lacerda encaminhado à Câmara em dezembro de 1958, projeto claramente disposto a defender os interesses das escolas privadas em detrimento de possibilitar a constituição da igualdade efetiva das oportunidades educacionais. Em 1961, a LDB foi promulgada, e apesar do vigor que adquiriu a Campanha, nesta lei foram contrariadas as tradições consagradas pela experiência republicana nos seguintes aspectos: na autonomia do Estado em matéria de administração e política do ensino, na aplicação dos recursos oficiais destinados à instrução, e na maneira de interpretar a intervenção dos poderes públicos na democratização das oportunidades escolares. (FERNANDES, 1976b).

O envolvimento de Florestan nessa Campanha lhe permitiu alargar a compreensão que tinha acerca das tendências conservantistas na sociedade brasileira, percebendo profundas debilidades no horizonte cultural dominante que consubstanciava uma “resistência sociopática à mudança” e criava óbices significativos às inovações construtivas e criadoras:

O seu principal traço negativo está no fato de não envolver uma ligação emocional e moral íntegra e produtiva com o passado; o empenho maior volta-se para a preservação pura e simples do status quo, sem nenhuma preocupação de



salvar a herança social por meio de sua renovação. Tudo se passa como se pessoas e grupos humanos colocassem acima de tudo as posições alcançadas na estrutura de poder da sociedade. Os influxos inovadores e seus efeitos previsíveis acabam projetados na área das ‘forças do mal’ – sendo percebidos, interpretados e repelidos num contexto de atuação irracional. (FERNANDES, 1976b, p. 211).

Neste momento Florestan já tinha clareza sobre as dificuldades impostas para o estabelecimento das reformas democráticas no país, mas, foi ao longo dos anos de 1960, com Golpe de 1964 e seus desdobramentos cada vez mais intensos, em particular a partir de 1968, que fizeram o autor mover suas preocupações para as implicações do imperialismo no capitalismo latino-americano, promovendo uma análise sociológica delineada em *A Revolução burguesa no Brasil* que coloca a “dupla articulação” entre subdesenvolvimento e dependência como a questão chave para a compreensão do capitalismo brasileiro. Nesta obra, vem ao primeiro plano a impossibilidade de realização das reformas democráticas que fizeram parte da história dos países centrais do capitalismo. Logo, sob o autoritarismo, o avanço capitalista e a contrarrevolução estariam articulados inexoravelmente:

Por fim, a própria história simplificou a observação e a interpretação dos fatos capitais. O Estado autocrático demonstrou que não existiam alternativas possíveis dentro do capitalismo dependente. Foi de novo, através de uma combinação das atividades práticas com o trabalho acadêmico que percorri esse último circuito, pelo qual consegui eliminar o impacto da condição burguesa e do radicalismo democrático burguês sobre minha própria reflexão sociológica [...] Estávamos no centro de uma guerra civil a quente [...] Não obstante, a luta fora perdida. O que ficava patente era a continuidade da contrarrevolução vitoriosa, o esforço bem-sucedido de autoconsolidação de um Estado que se propunha eliminar os tempos políticos da revolução nacional para reforçar os tempos econômicos da intensificação da acumulação capitalista e da aceleração do desenvolvimento econômico. [...] Tínhamos, na verdade, um autorretrato do que é a revolução burguesa na periferia sob o capitalismo monopolista [...]. (FERNANDES, 1976a, p. 203).

Desenvolvido por Florestan Fernandes nesse período, a categoria de “imperialismo total” constitui referência importante para a análise dos limites à educação no Brasil, pois, por meio dele é possível adentrar nessa discussão captando com mais acuidade as tensões e limites em que esse dilema social estava imerso. Conforme analisado no item anterior, na fase do “imperialismo total” o eixo de dominação se transferiu para dentro, o que exigiu uma nova superestrutura que desempenhou no Brasil um papel de bloqueio de todas as reformas democráticas e de qualquer empenho de desenvolvimento econômico autônomo e soberano, em conexão com a contrarrevolução mundial¹⁸.

A construção desta nova superestrutura pode ser pensada por meio de dois eixos na área educacional: i)-repressão e dizimação de todas as organizações políticas que manifestassem desacordo com a ditadura, em conexão com o lema da segurança e



desenvolvimento, difundido pelos Estados Unidos como princípio orientador de toda a política latino-americana no contexto da Guerra Fria; ii)-reordenação jurídica de todo o sistema educacional brasileiro calibrada pela colaboração estabelecida entre o Ministério da Educação e a agência estadunidense, USAID (*United States Agency for International Development*).

O primeiro eixo diz respeito a um dos âmbitos da educação que se relaciona à formação política da população brasileira, sua conscientização e engajamento para enfrentar os problemas reais que a afligiam. Nos primeiros anos da década de 1960, vivíamos, nas palavras de Octávio Ianni (1981), um período pré-revolucionário, eram camponeses, trabalhadores urbanos e rurais, estudantes, educadores, artistas atuando em mobilizações e num debate intenso acerca da revolução brasileira. Além das organizações sindicais, das ligas camponesas, havia um movimento de educação popular que ganhava força a partir das elaborações do educador Paulo Freire e adquiria estatuto de política pública ampla com a adoção de seu método de alfabetização pelo movimento de educação de base do governo federal, em janeiro de 1964. Havia também os grupos de estudantes ligados à União Nacional dos Estudantes (UNE) que viajavam o país com seus Centros Populares de Cultura. A UNE assumiu grande importância e força política nas lutas pela expansão e reforma da Universidade no Brasil, vinculando a construção do capitalismo democrático e nacionalista à Reforma Universitária. (SANFELICE, 2008). A mobilização da sociedade brasileira crescia e tensionava a condução dos assuntos políticos do Estado para que respondesse aos anseios democratizantes. Este engajamento de diferentes setores promovia um importante trabalho de formação política e esta foi uma das principais frentes contra a qual atuou o Estado ditatorial. Houve a criação de um amplo aparato repressor, que perseguiu, torturou e fez desaparecer centenas de lideranças e militantes envolvidos nessas lutas, bem como aposentou compulsoriamente e exilou as principais mentes comprometidas com esses debates, como foi o caso do próprio Paulo Freire, além de Celso Furtado, Florestan Fernandes, Josué de Castro e muitos outros.

Os Relatórios da Comissão Nacional da Verdade (CNV), publicados em dezembro 2014, constituem respeitável fonte de dados sobre como o Estado ditatorial atuou para extinguir reflexões e lutas relacionadas à edificação nacional e democrática do país, elevando a violação sistemática dos direitos humanos à condição de política estatal. Para além das iniciativas anteriores de resgate dos crimes da ditadura, a CNV investigou e divulgou dados que demonstram a repressão e assassinato não somente de militantes políticos, bem como de trabalhadores, camponeses e indígenas que de alguma maneira impediam o avanço dos empreendimentos estimulados pela ditadura. (BRASIL, 2014).

Logo após abril de 1964, os ataques foram direcionados principalmente às lideranças sindicais e camponesas. Apenas o movimento estudantil ainda subsistiu articulado até o Ato Institucional nº 5 e o fechamento do regime ditatorial. O movimento estudantil se manteve ardoroso defensor da Reforma Universitária, bem como conduziu as



principais manifestações de rua contra a ditadura, com destaque para o ano de 1968. Os estudantes reivindicavam o aumento das vagas nas universidades públicas e uma ampla reforma universitária que varresse todo o arcaísmo que lá se mantinha em função do regime de cátedras. Ao longo de 1968, especialmente após a morte de Edson Luís no dia 28 de março, cresceram as manifestações contra a ditadura organizadas pelos estudantes, com momentos de tensão aguda, beirando a guerra civil, como no caso da sexta feira sangrenta em 21 de junho, além da passeata dos cem mil em 26 do mesmo mês, a guerra da Maria Antônia e a repressão violenta ao congresso da UNE em outubro. (VALLE, 2008). Houve a ocupação de muitas universidades, com a reivindicação da reforma universitária que correspondia a uma demanda com grande apelo entre a classe média brasileira.

A perseguição ao movimento estudantil ocorreu em paralelo à articulação do Estado para formulação da Reforma. A resposta da ditadura à necessidade da Reforma Universitária compõe o segundo eixo que estabelecemos para a análise, o conjunto de políticas educacionais estabelecidas sob cooperação internacional MEC-USAID.

Assim, após intensos debates no Brasil na primeira metade dos anos 1960 para construção de uma “nova universidade” que rompesse sua raiz conservadora de transmissão de conhecimentos, que abrisse uma dimensão popular, criativa e criadora à difusão da ciência, sob as reformas institucionais implantadas pelo “modelo autocrático burguês”, a reforma universitária da ditadura integrou-se nas determinações do “imperialismo total”¹⁹. O ensino superior foi reformado em grande medida pela Lei nº 5540 de 1968, a partir das diretrizes da USAID e dos debates realizados no fórum “A educação que nos convém” organizado pelo IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais), entre as principais medidas estavam a estrutura departamental e a extinção da cátedra, adoção do sistema de créditos por disciplina e periodicidade semestral, a divisão do curso de graduação em dois ciclos com uma parte básica e outra profissional, bem como estabeleceu que as instituições de ensino superior deveriam se organizar sob a forma de universidade. Desse modo se pretendia a racionalização no uso dos recursos financeiros da Universidade e uma resposta às demandas do movimento estudantil. A universidade pública se ampliou, mas, suas vagas mantiveram-se expressivamente aquém da demanda.

A Reforma educacional promovida pela ditadura reiterou a dualidade da educação brasileira, tornando compulsório o ensino profissionalizante no segundo grau, que determinou que os jovens mais abastados pudessem ter cursos em escolas particulares que preparavam para os vestibulares, enquanto a maioria dos estudantes das escolas públicas teriam uma formação profissional que os destinasse precocemente ao mercado de trabalho, desviando-os do anseio pelo ensino superior.

A lei que reformou o ensino de primeiro e segundo graus foi a 5.692/71, que completou a reformulação jurídica ampla do ensino brasileiro, também sob os auspícios da USAID. Já em 1965, o MEC solicitou auxílio da USAID para treinamento de autoridades



estaduais de educação, assim foi assinado um acordo de Consultoria de Serviços para educação secundária e industrial. Originalmente, foi criada a equipe de quatro educadores brasileiros treinada pelos estadunidenses que conformou a EPEM (Equipe de Planejamento do Ensino Médio), esta equipe se expandiu posteriormente e veio a compor a estrutura do MEC a partir de 1972. A USAID

[...] teve um papel teórico e de planejamento fundamental em todo processo de transformação do sistema médio do ensino brasileiro. Foi ela que proporcionou toda a estrutura logística que ensejou o Plano de Reforma. Ela estruturou o mecanismo de intervenção e planejou o treinamento dos elementos que foram e voltaram dos EUA com a função de multiplicarem os conteúdos ali internalizados. (ARAPIRACA, 1979, p. 160).

Além disso, o projeto da USAID determinava uma vinculação maior do ensino primário ao ensino médio, o que ocorreu na Lei 5692/71 com a junção do ensino primário com o ginásio. Vários técnicos brasileiros foram para os EUA a fim de receber treinamento e realizar a observação de modelos de ensino primário desenvolvidos naquele país. Importante ressaltar que os modelos de treinamento não foram nos padrões mais desenvolvidos do ensino estadunidense, os parâmetros utilizados vieram das comunidades de baixa renda.

A perspectiva teórica e ideológica que fundamentou a reforma de todo o sistema educacional brasileiro liga-se aos princípios da *Teoria do Capital Humano* de Theodore Schultz (1961), segundo a qual o desenvolvimento econômico dos países vincula-se ao investimento que se realiza no capital humano. De acordo com esta teoria cada indivíduo é capaz de investir em seu próprio capital, por meio da educação. Sob estas diretrizes o ensino de primeiro e segundos graus foram reformados tendo como princípio norteador a profissionalização, que se tornou compulsória a todos no segundo grau. Desse modo:

[...] a ajuda ao segmento educativo secreta uma dimensão ideológica dissimuladora de inexistência de luta de classe social; e induz o indivíduo, com sua única esperança, a escudar-se nos seus méritos pessoais, pois esses se constituem numa fonte de capitalização, se convenientemente explorados através de um processo de educação pragmática e profissionalizante [...]. (ARAPIRACA, 1979, p. 153).

Durante a ditadura, sob os acordos MEC-USAID, o Brasil perdeu autonomia e soberania educacionais. Segundo Florestan Fernandes, num balanço escrito nos anos de 1980, o que estava se constituindo em matéria educacional, em termos de centros de ensino, de pesquisa e aplicação, mesmo com todos os limites, tal como expressos no debate da primeira Lei de Diretrizes e Bases, foi desbaratado e submetido ao controle imperialista:

[...] Por aí se faz a transmissão da ideologia dominante das nações e classes burguesas e se obtém, dos professores e educadores brasileiros, a tolerância, a submissão ou a cooperação 'coloniais' a uma lavagem de cérebro sem precedentes, a uma devastação iníqua de nossas potencialidades culturais



criadoras e à perda de perspectiva do que deva ser o sistema educacional de uma nação capitalista, mesmo que seja associada, periférica e dependente. (FERNANDES, 1989, p. 14).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fugir de economicismos e esquematismos muito comuns à aplicação de conceitos abstratos das ciências sociais na realidade concreta de formações socioeconômicas específicas, a reflexão de Florestan Fernandes sobre o imperialismo após a Segunda Guerra Mundial lança luz sobre as múltiplas determinações do processo histórico brasileiro neste mesmo período. A ênfase na dimensão “total” do imperialismo destaca que uma economia dependente como a brasileira só se viabiliza por meio do reforço à segregação social e, conseqüentemente, as políticas educacionais subjacentes inserem-se num projeto contrarrevolucionário. O controle do “imperialismo total”, como este artigo mostrou, não se fez apenas pela drenagem do mais-valor pelas grandes corporações mundiais, mas, sobretudo, pelo impedimento à educação crítica e criadora, que poderia se transformar em combustão anti-imperialista, ao reivindicar a revolução brasileira e um processo radical de descolonização.

A educação e a produção de conhecimentos que se concretizaram posteriormente ao Golpe de 1964, possuem profundo caráter tecnocrático, fragmentado e especializado, que como nos revelou Florestan Fernandes, vinculam-se às estreitas possibilidades abertas pelo capitalismo dependente fundamento da reiteração sistemática do subdesenvolvimento.

Assim temos, uma educação que submete-se à colonização cultural, em que até mesmo a universidade, considerada centro de excelência, produz e transmite um conhecimento que responde intensamente às demandas provenientes dos negócios das empresas multinacionais em detrimento da necessidade de se pensar e formular proposições para os problemas brasileiros, expressos numa profunda desigualdade social atrelada a uma dualidade educacional que lhe corresponde e se mantém como problema historicamente não resolvido.

A herança da ditadura em nossa educação permaneceu e ganhou espessura na atualidade, visto que, se sob a ditadura (1964-1985), as políticas educacionais tinham respaldo num projeto econômico sedimentado em uma indústria pesada e com períodos de altas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto, ou seja, havia ainda promessa de prosperidade material, contemporaneamente assistimos à reprimarização e à intensificação da desnacionalização da economia, e seu processo de desindustrialização. Neste cenário, em que se configuram avanços na superexploração da força de trabalho e na difusão da violência contrarrevolucionária em diferentes níveis sociais, a educação se adequa a uma “reversão neocolonial”²⁰. Por estas razões, Florestan Fernandes continua tão vivo no século XXI.

**REFERÊNCIAS**

ARAPIRACA, J. O. **A USAID e a educação brasileira**. Um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano. 1979. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1979.

BARAN, P. A. **A economia política do desenvolvimento**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

BRASIL. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**, 2014. Disponível em: <www.cnv.gov.br>. Acesso em: 16 jul. 2018.

CAMPOS, F. A. **A Arte da conquista**: o capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro (1951-1992). 2009. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

CAMPOS, F. A. “Complexo multinacional e ‘Lei de Remessas de Lucro’ (1956-1973)”. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 45, p. 10-35, 2016.

CAMPOS, F. A. “Imperialismo e internacionalização dos mercados Latino-Americanos nos anos 1950”. **Economia Ensaios**, v. 30, p. 7-34, 2015.

CAMPOS, F. A. (Org.). **Introdução à Formação Econômica do Brasil**: herança colonial, industrialização dependente e reversão neocolonial. Marília-SP: Lutas anticapital, 2018.

FERNANDES, F. **A Revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Global, 2006.

FERNANDES, F. **A sociologia no Brasil**: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1976a.

FERNANDES, F. **A sociologia numa Era de Revolução Social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976b.

FERNANDES, F. **Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”**. São Paulo: Hicitec, 1979a.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975a.

FERNANDES, F. **Circuito fechado**: quatro ensaios sobre o “poder institucional”. São Paulo: Hucitec, 1979b.

FERNANDES, F. **Educação e sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus; Edusp, 1966.



FERNANDES, F. “Globalização e ‘neoliberalismo’”. **Folha de São Paulo**, São Paulo, opinião, 14 nov. 1994.

FERNANDES, F. **O desafio educacional**. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1989.

FERNANDES, F. “Os enigmas do círculo vicioso” – prefácio In: PRADO JUNIOR, C. **História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

FERNANDES, F. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FERNANDES, F. **Universidade Brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Alfa-Omega, 1975b.

FERNANDES, F. “Universidade e desenvolvimento” In: IANNI, O. (Org.). **Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante**. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 273-316.

FURTADO, C. **A Pré-Revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

GONZÁLES-CASANOVA, P. “Internal colonialism and national development”. In: HOROVVITZ, I. L.; CASTRO, J.; GERASSI, J. (Org.). **Latin american radicalism: a documentary report on left and nationalist movements**. New York: Vintage Books, 1969. p. 118-139.

GRAMSCI, A. **Americanismo e fordismo**. São Paulo: Hidra, 2007.

HILFERDING, R. **O Capital financeiro**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

IANNI, O. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

LENIN, V. I. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Global, 1979.

LUXEMBURGO, R. **A Acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MAGDOFF, H. A. **Era do imperialismo: a economia norte-americana**. Lisboa: Portucalense, 1972.

MANDEL, E. E. **O Capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MELLO, J. M. C. **O Capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. 11. ed. São Paulo: Editora UNESP; Campinas, SP: FACAMP, 2009.

MÉSZÁROS, I. **O Século XXI: socialismo ou barbárie?** São Paulo: Boitempo, 2012.



MOLINA, R. S. **Ditadura, agricultura e educação: a Esalq/USP e a modernização conservadora do campo brasileiro (1964 a 1985)**. 2016. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

PANITCH, L.; GINDIN, S. “Capitalismo global e império norte-americano”. In: PANITCH, L.; LEYS, C. (Ed.). **Socialist Register 2004: o novo desafio imperial**. Bueno Aires: CLACSO, 2006. p. 19-70.

PRADO JUNIOR, C. **A revolução brasileira**. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RIBEIRO, D. **A Universidade necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SAMPAIO JUNIOR, P. A. “Globalização e reversão neocolonial: o impasse brasileiro” In: CAMPOS, F. (Org.). **Introdução à formação econômica do Brasil: herança colonial, industrialização dependente e reversão neocolonial**. Marília-SP: Lutas Anticapital, 2018.

SANFELICE, J. L. **Movimento estudantil**. A UNE na resistência ao golpe de 1964. Campinas: Alínea, 2008.

SCHULTZ, T. W. “Investment in human capital”. **The American Economic Review**, v. LI, n. 1, p. 1-17, Mar.1961.

SOCHACZEWSKI, A. C. **Desenvolvimento econômico e financeiro do Brasil 1952–1968**. São Paulo: Trajetória Cultural, 1991.

SODRÉ, N. W. **Introdução à revolução brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SOUZA, M. I. S. **Os empresários e a educação**. O IPES e a política educacional após 1964. Petrópolis: Vozes, 1981.

TAVARES, M. C. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. 3. ed. Campinas-SP: Ed. da UNICAMP-IE, 1998.

VALLE, M. R. **1968: o diálogo é a violência**. Movimento estudantil e ditadura militar no Brasil. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2008.

Notas

¹ Professora da Faculdade de educação da Unicamp. fabicrod@unicamp.br

² Coordenador da Pós-Graduação em História Econômica e professor do Instituto de Economia da Unicamp. <https://orcid.org/0000-0003-3995-3661>.

³ Uma síntese deste período pode ser encontrada em Campos (2015).

⁴ Trabalhos seminiais sobre tal fenômeno são de Hilferding (1983) e Lenin (1979).

⁵ Ver Campos (2009).

⁶ A especificidade do imperialismo desta fase entendida a partir do papel dos EUA além de Fernandes (1975a; 2006), também foi tratada por Baran (1984), Gramsci (2007); Magdoff (1972), Mandel (1985), Mészáros (2012) e Panitch e Gindin (2006).



⁷ “Essas empresas trouxeram à região um novo estilo de organização, de produção e de marketing, com novos padrões de planejamento, propaganda de massa, concorrência e controle interno das economias dependentes pelos interesses externos. Elas representam o capitalismo corporativo ou monopolista, e se apoderaram das posições de liderança – através de mecanismos financeiros, por associação com sócios locais, por corrupção, pressão ou outros meios – ocupadas anteriormente pelas empresas nativas e por seus ‘policy-makers.’” (FERNANDES, 1975a, p. 18).

⁸ “A própria implantação, a posterior irradiação e a consolidação desse padrão de desenvolvimento nas economias periféricas terão de assumir também um caráter especificamente político. De um lado, as dimensões dos projetos, dos recursos materiais e humanos envolvidos, dos prazos de duração forçam as grandes corporações, e através delas os governos das nações hegemônicas e suas organizações internacionais, a colocarem em primeiro plano os requisitos políticos da transformação capitalista da periferia. ‘Sem estabilidade política não há cooperação econômica’, eis a nova norma ideal do comportamento econômico ‘racional’, que se impõe de fora para dentro, exigindo das burguesias e dos governos pró-capitalistas das nações periféricas que ponham ‘a casa em ordem’, para que pudessem contar com a viabilidade do ‘desenvolvimento por associação’. Mas, de outro lado, a luta do capitalismo por sua sobrevivência transcende a esses limites. Os governos das nações hegemônicas e as organizações ou alianças ligadas à comunidade internacional de negócios desencadeiam simultaneamente (às vezes de maneira coordenada) vários tipos de projetos de assistência, uns econômicos, financeiros ou tecnológicos, outros policial-militares, educacionais, sindicais, de saúde pública.” (FERNANDES, 2006, p. 297).

⁹ Definimos a categoria “complexo multinacional” da seguinte forma: “i)- o complexo é, por um lado, resultado da dependência externa e do subdesenvolvimento de longo prazo, em que o caráter mercantil, antissocial e subordinado da burguesia brasileira, sedimenta tal relação; ii)- essa característica perene de nosso formação interpõe-se, por outro lado, a um estágio peculiar de dominação do capital internacional na industrialização pesada a partir de 1956; iii)- tal dominação tem no ‘imperialismo total’ seu polo externo, que se manifesta internamente na junção de interesses estrangeiros ante as necessidades de desenvolvimento capitalista da burguesia brasileira; iv)- o complexo responde de fora para dentro, tanto pela necessidade de extração de mais valor, quanto da difusão de uma promessa civilizatória antagônica ao socialismo, bem como pela segurança política, que, no limite, pode se substanciar em segurança militar; v)- a associação dependente em que se baseia o complexo, da mesma forma que viabiliza as rentabilidades dos principais negócios que se articulam à industrialização pesada, e, assim, sustentam a ampliação da base material do mercado interno, funde, de dentro para fora, interesses comuns que se solidificam no domínio político do Estado brasileiro, a serviço desse arco multinacional. A gênese do complexo multinacional diz respeito, portanto, à própria transplantação do capital monopolista na economia brasileira, cujos vínculos imperialistas articulariam as necessidades de reprodução ampliada do capital, bem como revitalizariam sua racionalidade política e cultural no espaço periférico. Também redimensionariam, localmente, o poder político das burguesias subdesenvolvidas, que mesmo se sujeitando a maiores níveis de dependência, usufruiriam de uma base material mais sólida, provida de dinamismo suficiente para ampliar o retorno de seus negócios em escala nacional.” (CAMPOS, 2016, p. 20-1).

¹⁰ Para mais detalhes do elemento colonial como trunfo nesta fase para o imperialismo na América Latina ver González-Casanova (1969).

¹¹ Foi o caso de autores como Mello (2009) e Tavares (1998).

¹² Ver essa questão atualizada em Campos (2018).

¹³ Sobre este tema, além de Fernandes (2006), conferir Furtado (1962), Prado Jr. (1987) e Sodré (1967).

¹⁴ Ver Campos (2016).

¹⁵ Qualquer nacionalismo imputado à burguesia brasileira seria uma ilusão: “[...] o desenvolvimento interno do capitalismo não conduzia a sociedade burguesa a tal direção [nacionalismo]. Ele não comportava uma burguesia ‘heroica’ e ‘conquistadora’; e tampouco podia alimentar qualquer espécie de igualitarismo, de reformismo ou de nacionalismo exaltado de tipo burguês. Para ‘governar seu mundo’, as classes burguesas deviam começar por conhecê-lo melhor e por introduzir a racionalidade burguesa na compreensão de seus papéis históricos do capitalismo dependente.” (FERNANDES, 2006, p. 364).

¹⁶ Sobre estas reformas ver Sochaczewski (1991).

¹⁷ Ver Campos (2018).

¹⁸ Uma expressão das articulações internacionais em torno da “contrarrevolução mundial” é encontrada na Operação Condor: “No contexto da Guerra Fria (1945-91) na América Latina, a Operação Condor (Plan



Cóndor, Operativo Cóndor) foi o nome que se deu a um sistema secreto de informações e ações criado na década de 1970, por meio do qual Estados militarizados do continente americano (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai) compartilharam dados de inteligência e realizaram operações extraterritoriais de sequestro, tortura, execução e desaparecimento forçado de opositores políticos exilados. Sob a inspiração da doutrina de segurança nacional (DSN), de alcance continental naquele período, as ditaduras aliadas na Operação Condor elegeram, de forma seletiva, inimigos ideológicos, denominados ‘subversivos’, como os alvos por excelência de suas práticas de terrorismo de Estado. (BRASIL, 2014, p. 219).

¹⁹ Sobre o desfecho da educação e da universidade pública entre os anos 1960 até a ditadura ver Fernandes (1975b; 1979b) e Ribeiro (1978). Para um estudo mais específico sobre os desdobramentos da política educacional da ditadura na Universidade, ver a pesquisa sobre a história da Esalq, em Molina (2016).

²⁰ Expressão que o próprio Florestan Fernandes cunhou no fim de sua vida para caracterizar o momento contemporâneo no Brasil: “[...] o que esse capitalismo desvenda, como futuro da periferia? Países como o Brasil podem resistir à regressão que está em jogo na situação de dependência às relações neocoloniais? [...] A globalização, para o Brasil, tem um sentido de sinal ultranegativo. Extensa parte de nossas classes dominantes experimentará as agruras das velhas burguesias compradoras. O ‘neoliberalismo’ difunde mitos inferiores aos de ‘um mundo só’ e da ‘aliança para o progresso’. Pregam-se, por isso, fórmulas insensatas como o ‘consenso de Washington’. O intervalo técnico, que separa a economia automatizada e informatizada do sistema produtivo montado sob os desígnios da substituição de importações, possui proporções tão desconhecidas que não há como conceber tamanho salto econômico-tecnológico fora do âmbito dos antigos ‘negócios da China’. [...] A meio caminho da ‘solução’ desse catastrófico problema exige-se do Brasil uma modernização com duas implicações essenciais. A primeira equivaleria ao ‘sucateamento’ da economia existente. A segunda representaria uma promessa irrealizável: erigir uma ‘economia competitiva’ no cenário internacional, sem as premissas institucionais financeiras e tecnológicas necessárias. Os dois processos, globalização e ‘neoliberalismo’, significam aumento do desemprego, da miséria e da espoliação externa, para gáudio dos especuladores estrangeiros e de uma minoria nativa privilegiada e já internacionalizada –um passo atrás na soberania nacional!” (FERNANDES, 1994, p. 1). Posteriormente, Plínio de Arruda Sampaio Junior (2018), influenciado por Florestan, além de Caio Prado Junior e Celso Furtado, atualizaria tal categoria para a realidade brasileira.

Submetido em: 09/08/2018

Aprovado em: 25/09/2018

Publicado em: 28/09/2018